

**PÁG 2** CCEE apresenta à Abraceel propostas para aprimorar a segurança do mercado livre

**PÁG 5** Abraceel discute com a Aneel cálculo da sobrecontratação de energia e exposição no MCP das distribuidoras

**PÁG 7** GT discute prioridades para atividades da Cpamp

**PÁG 9** Abraceel se manifesta sobre redução de CCEARs de energia existente

**PÁG 11** Abraceel na mídia

**PÁG 12** Curtas

**PÁG 14** Próxima semana

## CCEE apresenta à Abraceel propostas para aprimorar a segurança do mercado livre

### Matéria em 1 minuto:

- CCEE e Aneel deixarão a discussão sobre chamada de margem para um segundo momento;
- também enfatizaram estar realizando um amplo diálogo e pretendem construir soluções em conjunto com os agentes;
- Câmara avalia a realização de workshop para apresentar as propostas para o Grupo Técnico da Abraceel, em busca de colher eventuais aprimoramentos.



Tempo de leitura:  
**5 minutos**

No dia **01.07**, a Diretoria Executiva da Abraceel realizou reunião por videoconferência com a CCEE, representada pela Conselheira Roseane Santos, Carlos Dornellas, Gerente Executivo de Segurança do Mercado e Informações, e Madalena Porangaba, Gerente Executiva Jurídica, para discutir o andamento das propostas da Câmara para o aprimoramento da segurança do mercado livre. A reunião também contou com a participação do diretor relator desse processo na Aneel, Efrain Cruz, e de seus assessores.



Como já sinalizado anteriormente à Abraceel, a CCEE e a Aneel disseram que estão trabalhando em conjunto para construção de medidas de curto prazo para a melhoria da segurança do mercado livre e, com essa premissa, declararam achar apropriado deixar a discussão da chamada de margem para outra oportunidade.

Logo, com objetivo de apresentar propostas alinhadas com as necessidades do mercado, as entidades enfatizaram estar realizando um amplo diálogo com os agentes, e se comprometeram a só levar o assunto à Diretoria da Aneel quando houver consenso entre o mercado, a Agência e a CCEE. Para isso, a CCEE solicitou uma reunião com a Abraceel para apresentar em caráter ain-

da preliminar, propostas para o aprimoramento da segurança do mercado livre.

Em linha com o que já havia apresentado anteriormente, a CCEE propõe medidas de curto, médio e longo prazos, deixando a critério do regulador como será operacionalizada a regulamentação.

Para o curto prazo, a CCEE pretende propor medidas a serem regulamentadas ainda este ano, como:

1. aprimoramento dos critérios de entrada, manutenção e saída ao mercado livre de agentes;
2. parceria com a BBCE: compartilhamento das informações de forma voluntária;
3. desenvolvimento de garantias para o MVE;
4. compartilhamento de informações com o mercado, de forma voluntária, e para isso serão criados incentivos para adesão; e
5. aprimoramento do Processo de Monitoramento de mercado.



Sobre o item 5, a CCEE declarou que as propostas foram baseadas em práticas do mercado financeiro. Assim, a CCEE pretende aprimorar o seu atual processo, que é feito por meio de chamados aos agentes, e defini-lo em PdC, estabelecendo prazos, ações e consequências, com o que pretendem conseguir o aumento da segurança jurídica e transparência. Também serão discutidas alterações na REN 701/16, com a imposição de penalidades adicionais à restrição de acesso, como a suspensão do direito de operar ou pagamento de multas.

Para o médio prazo, a CCEE indicou a previsão de criação e/ou aprimoramento dos seguintes indicadores: (i) metodologia CVaR; (ii) critérios de alavancagem; (iii) estabelecimento de ranking; e (iv) certificação.

Já para o longo prazo, pretendem aprimorar as garantias financeiras do mercado livre, em linha com o disposto no PLS 232, estando abertos a receber sugestões para construir o melhor procedimento.

Efrain Cruz alegou que a Aneel está alinhada com as propostas apresentadas pela CCEE, e que aguardam as considerações do mercado para avançar com as novas medidas de segurança. Reforçou que o trabalho deve ser conjunto.

A Abraceel, de sua parte, relatou que o tema segurança do mercado é bandeira da Associação e que no ano passado foram inúmeras as discussões sobre o assunto, que resultaram na publicação de Cartilha e abertura no site da Abraceel de espaço para a divulgação de informações sobre as empresas. Não obstante, foi reafirmado o compromisso permanente da Abraceel com o desenvolvimento do mercado.

Em resposta a convite, a CCEE se dispôs a avaliar a realização de Workshop para apresentar as propostas para o Grupo Técnico da Abraceel, em busca de colher eventuais aprimoramentos às propostas.

Por fim, a Diretoria Executiva elogiou o posicionamento da CCEE em compartilhar previamente as propostas com o mercado e colocou a associação à disposição para a construção conjunta do aprimoramento da segurança do mercado livre.

**A apresentação realizada pela CCEE está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações exclusivas”.**

## Abraceel discute com a Aneel cálculo da sobrecontratação de energia e exposição no MCP das distribuidoras

### Matéria em 1 minuto:

- Aneel avalia desvincular os produtos anuais e de mais longo prazo da comparação com o PLD para o repasse tarifário das distribuidoras;
- produtos de curto prazo continuarão sendo comparados ao PLD, evitando ônus indevido ao consumidor cativo;
- mensalmente será analisada a situação de sobrecontratação das distribuidoras, para assim avaliar os resultados de suas vendas no MVE.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia **01.07**, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com representantes da Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) e da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado (SRM) da Aneel, para discutir o encaminhamento da Audiência Pública 25/2019, que visa aprimorar o cálculo da sobrecontratação de energia e exposição no MCP das distribuidoras.



Na discussão, foi pontuado que há consenso no mercado de energia que o MVE é um mecanismo essencial para a transferência de energia do ambiente regulado para o livre, que possibilita uma melhor gestão contratual das distribuidoras, e gera equilíbrio e aumento de liquidez entre os ambientes de contratação.

No entanto, nota-se que, nos últimos processamentos do mecanismo, a quantidade de oferta de compra e venda é maior que o montante total negociado em cada produto, levando à conclusão de que há necessidade de aperfeiçoamento regulatório para tornar o MVE mais eficiente.

Além disso, observa-se nas últimas negociações que a maioria dos produtos são oriundos de energia especial vendidos à PLD+spread, podendo-se notar a aversão ao risco das distribuidoras ao participar do mecanismo, principalmente em momentos com preços baixos.

Diante das considerações expostas, a Abraceel relatou a importância que a conclusão da AP 25/19 tem sobre o funcionamento e eficácia do MVE, uma vez que a AP discute como será a apuração do resultado da distribuidora e seu repasse tarifário. Dessa forma, isso influencia diretamente o interesse das distribuidoras em participar do mecanismo. Com isso, o objetivo da reunião era relatar a preocupação do mercado com a condução dessa AP.

Os especialistas da Aneel relataram que o encaminhamento busca acertar os incentivos que as distribuidoras têm para diminuir suas sobras de energia, para que esses não resultem em custos aos consumidores cativos.

Logo, os especialistas tentarão desvincular os produtos anuais e de mais longo prazo à comparação com o PLD para o repasse tarifário, tornando-os mais flexíveis. Já os produtos de curto prazo continuarão sendo comparados ao PLD, sinalizando o preço de mercado mais atual. Conseqüentemente, mensalmente será analisada a situação de sobrecontratação das distribuidoras, para assim buscar avaliar os resultados de suas vendas no MVE.

Adicionalmente, os especialistas da Aneel acreditam que, quando for definido pela Agência a quantidade de sobrecontratação voluntária e involuntária das distribuidoras, o interesse em participar do MVE pode aumentar, pois até então com as regras indefinidas, bem como para o repasse tarifário, as distribuidoras permanecem conservadoras em participar do mecanismo, optando por reduzir suas sobras via outros processos existentes.

Finalizando a reunião, os especialistas alegaram que a nota técnica de fechamento da AP 25/19, bem como a análise das contribuições recebidas no âmbito da AP estão prontas e no mês de julho o processo deve ser encaminhado para a diretoria da Aneel para deliberação.

## GT discute prioridades para atividades da Cpamp

### Matéria em 1 minuto:

- Por meio de votação, os associados puderam ranquear a prioridade das atividades para subsidiar a contribuição da Abraceel;
- Unit Commitment hidráulico e modelagem da fonte eólica foram elencados como prioridades para a Cpamp, além da modelagem para a operação da bacia do São Francisco;
- volatilidade do CMO não é um problema em si: foco deveria estar na melhor compreensão das volatilidades artificiais e falhas pontuais.

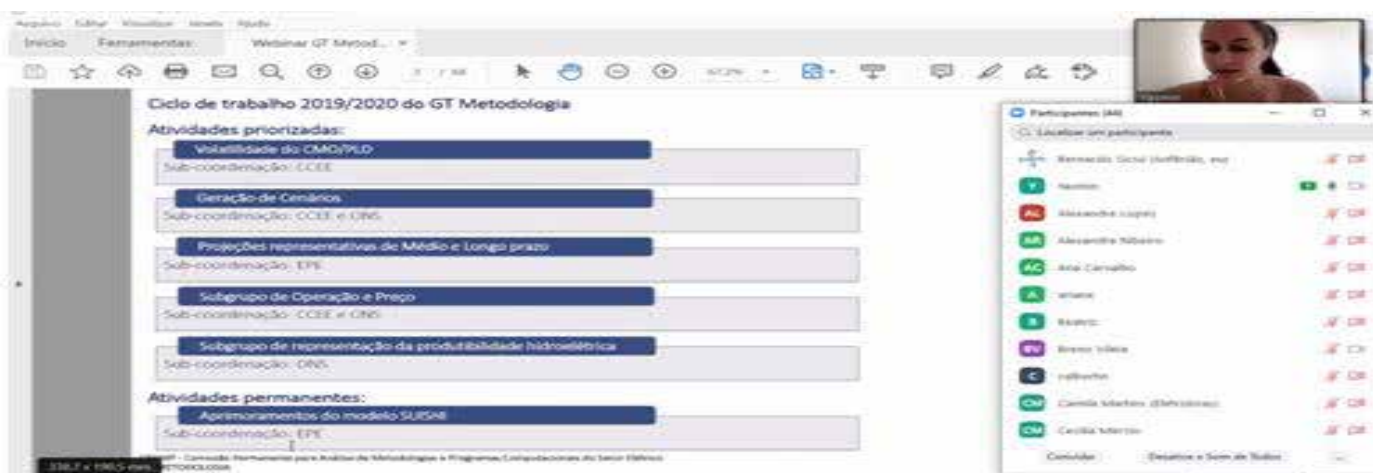


Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia **29.06**, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a priorização de atividades propostas para o ciclo de trabalho 2020/2021 do GT Metodologia da Cpamp. A videoconferência contou com cerca de 70 participantes.

Yasmin Oliveira, assessora de energia da Abraceel, relatou brevemente as atividades propostas, conforme apresentação realizada pela Cpamp no dia **18.06**. Na discussão que se seguiu, os associados entenderam que os aprimoramentos no SUISHI são muito relevantes, em função dos rebatimentos no cálculo da garantia física e de seus reflexos na comercialização.

Sobre a volatilidade do CMO, os associados consideram que não é um problema em si e que a atividade deveria focar na melhor compreensão das volatilidades artificiais e falhas pontuais. Com respeito à proposta de eliminar a ENA da FCF, o entendimento é que isso pode retirar uma variável importante que faz parte da volatilidade natural do CMO, e assim tal simplificação poderia se tornar num retrocesso para o modelo.

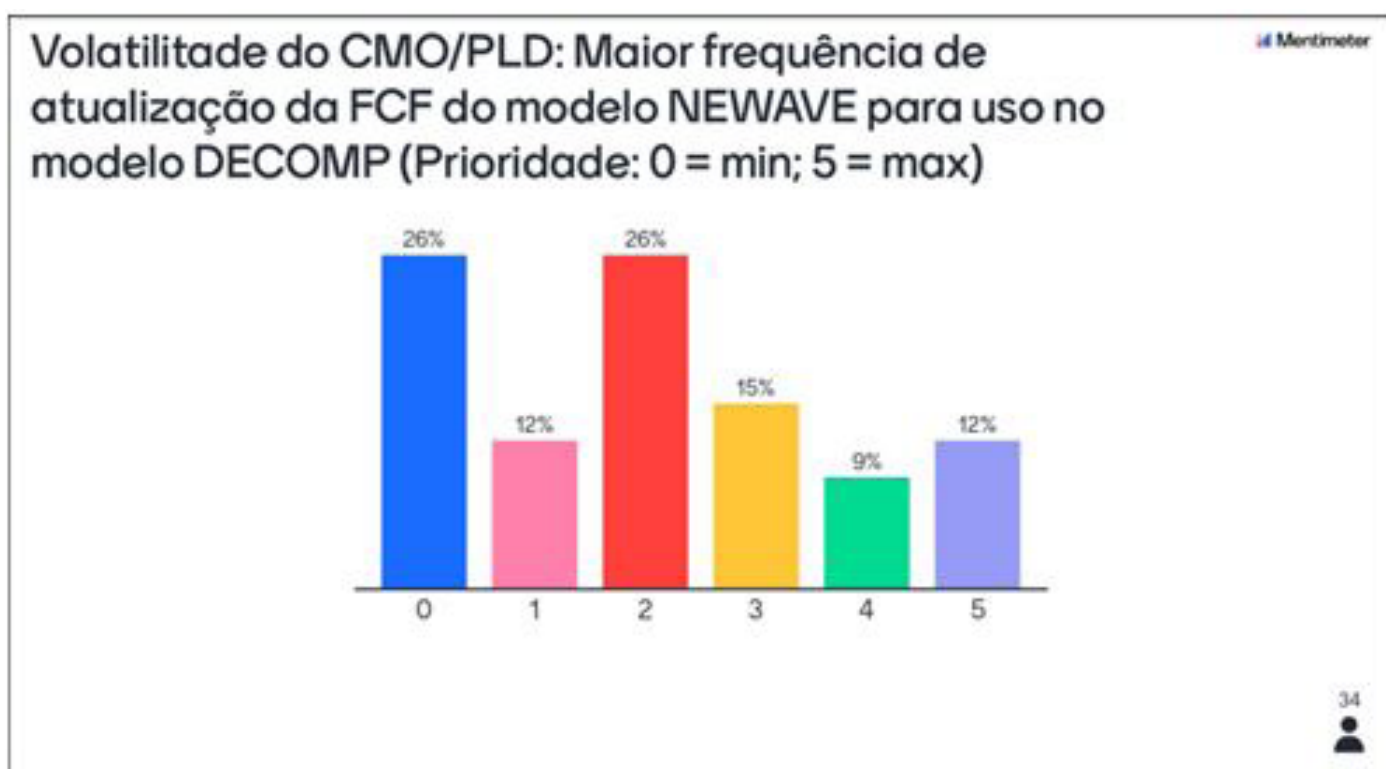


Sobre a representação hidrológica, que busca avaliar a alteração do comportamento hidrológico em anos mais recentes, foi comentado que cada agente já faz esse processo internamente para fazer sua precificação, e que o grupo poderia trabalhar com séries neurais para detalhar as séries de ENA, ao invés de criar um outro modelo estocástico.

Os associados criticaram a governança da Cpamp, que não traz nenhum envolvimento dos agentes dentro dos grupos de trabalho. A Abraceel já havia sugerido que o Comitê PMO/PLD poderia ser o fórum para tratar dos temas da Cpamp e irá reforçar a necessidade de maior transparência e participação dos agentes.

Em seguida, foi realizada votação online em que os associados puderam ranquear a prioridade das atividades, para subsidiar a contribuição da Abraceel. A votação, que fez uso do mesmo sistema utilizado no planejamento estratégico da Abraceel, foi bem sucedida e permitiu captar melhor a visão do associado sobre a priorização das atividades. A apresentação com os resultados está disponível na área restrita do associado.

- Unit Commitment Hidráulico (ciclo bianual) = 5
- Modelagem da fonte eólica (ciclo bianual) = 5
- SUISHI: implementação das regras operativas para a bacia do São Francisco = 4
- NEWAVE híbrido: individualizado (ciclo bianual) = 4
- VminOp: acoplamento no DECOMP = 4
- Revisão da taxa de desconto = 3
- SUISHI: validação do módulo de simulação hidrotérmica = 3
- Volatilidade do CMO/PLD: atualização semanal da FCF = 2



O GT Metodologia da Cpamp postergou para o dia **10.07** o prazo para recebimento de contribuições sobre a priorização de atividades do ciclo 2020/2021. O questionário para contribuições pode ser acessado em: <https://pt.surveymonkey.com/r/gt-metodologia>



## Abraceel se manifesta sobre redução de CCEARs de energia existente

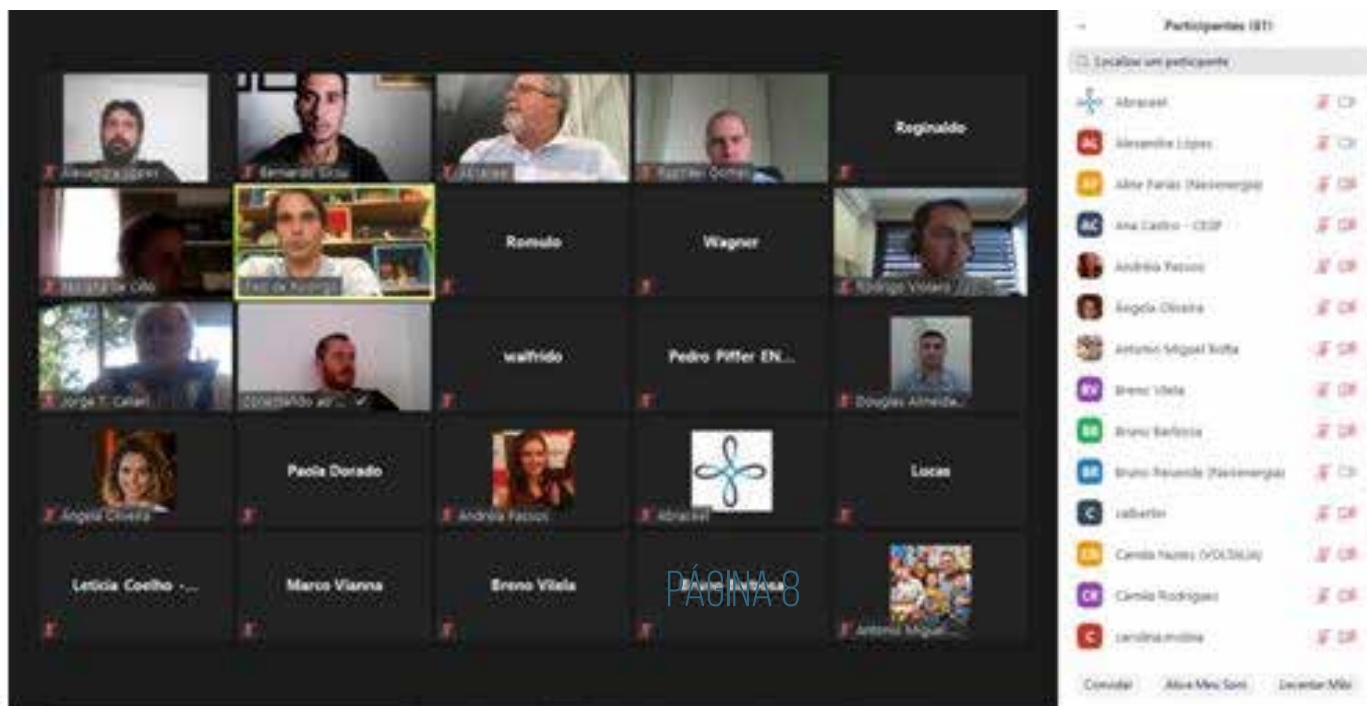
### Matéria em 1 minuto:

- Há entendimento de que a houve utilização indevida do mecanismo pelas distribuidoras para compensar a retração de mercado por conta da pandemia;
- regra transitória criada pelo Despacho 2.626/2019, além de não ser discutida, foi mais abrangente que as regras existentes, ressuscitando direitos que já haviam decaído;
- Abraceel terá reunião com o diretor Efrain para discutir o tema.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

O Grupo Técnico da Abraceel realizou call no dia **30.06** para discutir a redução de CCEARs de leilões de energia existente, em função do requerimento administrativo apresentado por um conjunto de comercializadoras à Aneel, que busca reverter os efeitos dos MCSDs mensais ocorridos em 2020. O encontro contou com pouco mais de 80 participantes.



Sabe-se que os CCEARs possuem cláusulas que permitem às distribuidoras reduzir os montantes contratados em função de migração de consumidores para o mercado livre. Desde março último, contudo, ocorreram reduções de CCEARs negociados em leilões A-1 e A-2 com comercializadoras, em montante muito acima do histórico, inclusive com reduções totais em alguns casos, motivadas por migrações de consumidores ocorridas em anos anteriores, as quais, supõe-se, já haviam tido seus efeitos exauridos pela regra até então vigente.

Entende-se que as distribuidoras usaram o mecanismo de maneira indevida, considerando consumidores que haviam migrado antes da declaração de necessidade que precede os leilões, de forma a compensar a retração do mercado ocorrida por força da pandemia. Para o melhor entendimento, importa destacar a diferença essencial entre os mecanismos existentes para motivar reduções de CCEARs: o equilíbrio entre fato gerador e consequência. Ou seja, devido às migrações para o mercado livre (fato gerador restrito), não há limite de montante para redução de CCEARs (consequência ampla), porém em função da alteração de mercado (fato gerador amplo), há um limite de 4% ao ano (consequência restrita) para redução de CCEARs.

Raphael Gomes, do escritório Demarest, autor do pedido administrativo impedido por um grupo de comercializadores, também explicou como a regra transitória criada pelo Despacho 2.626/2019 foi mais abrangente que a regra antiga e a regra nova, ressuscitando direitos que já haviam decaído. Apontou que a regra de transição não foi objeto de discussão durante a CP 09/2019, cujo objetivo era restringir as possibilidades de redução de CCEARs, não ampliá-las.



Dessa forma, o entendimento é que deve prevalecer a regra do PdC vigente à época dos leilões, sem aplicação retroativa de regras estabelecidas posteriormente. Da discussão do GT, ficou acordado o envio de carta ao diretor relator Efrain Cruz, novo relator da matéria na Aneel, que foi sorteado após declarado o impedimento do Diretor Júlio Ferraz, que assinou o despacho em tela, apontando a relevância do tema para a confiabilidade dos leilões e a estabilidade regulatória. A carta foi enviada no dia 02.07 e está disponível na área restrita do associado, seção “Cartas Abraceel”.

Raphael Gomes explicou que o requerimento interposto pedia uma medida cautelar para que não se procedesse com a contabilização de março e abril, porém, devido ao atraso, agora o mérito deverá ser analisado. O processo ainda não foi pautado para deliberação em reunião da diretoria, tendo a Abraceel solicitado reunião com o diretor Efrain para apresentar a posição das associadas sobre o tema, que já foi aceita por esse.



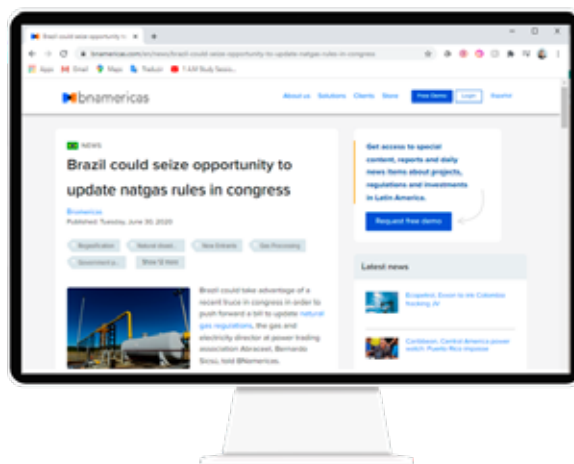
# ABRACEEL NA MÍDIA

Confira os destaques dessa semana



[Confira aqui](#) a entrevista de Bernardo Sicsú, nosso diretor de Energia Elétrica e Gás e coordenador do Fórum do Gás à Editora Brasil Energia, onde analisa desafios para a implantação de um mercado livre no Brasil.

[Clicando aqui](#) você pode conferir outra entrevista de Bernardo Sicsú, que relata ao canal BN Americas sobre a situação e perspectivas para o Novo Mercado de Gás no Brasil.



## E nas nossas redes sociais...



O que bombou foi o mais novo meme do GSF! Vai lá conferir!



## CURTAS

### Contribuições Abraceel

Nesta semana, a Abraceel encaminhou contribuições à Consulta Pública da Aneel 37/2020, que trata do aprimoramento dos mecanismos de gestão contratual das distribuidoras, e para a CP Aneel 38/2020, que trata da prestação dos serviços de distribuição em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19. Ambos documentos estão disponíveis no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.



### CMSE suspende medidas emergenciais para a região Sul

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu, no dia **01.07**, para avaliar as condições de suprimento de energia elétrica no País. Segundo o ONS, em junho a carga do SIN retomou o crescimento, e a previsão é que esse cenário continue nos próximos meses. Destaca-se que os armazenamentos dos reservatórios dos subsistemas permanecem em patamares superiores aos verificados nos últimos anos, inclusive o do subsistema sul, que em junho teve aumentado o nível de seus

reservatórios, revertendo o cenário de escassez, atingindo cerca de 38% de armazenamento. Diante desse cenário e da perspectiva de permanência das chuvas, o CMSE revogou as medidas excepcionais antes adotadas para preservação dos estoques do subsistema Sul. O ONS manterá a política de operação das usinas hidrelétricas da região sul em suas vazões mínimas, conforme possível, visando aumentar os reservatórios. Para mais informações sobre os temas deliberados nessa reunião, acesse o site do MME.

### Aneel revisa sua Agenda Regulatória

No dia **30.06**, a Diretoria da Aneel decidiu revisar sua Agenda Regulatória 2020/2021, em razão do direcionamento de esforços para a pandemia do coronavírus. A nova Agenda Regulatória incorpora 33 novas atividades, e entre elas a recomposição do equilíbrio econômico financeiro das distribuidoras. Foram excluídas cinco atividades e 54 sofreram alteração do cronograma. Entre as que foram postergadas estão: (i) revisão das regras de micro e minigeração distribuída, com deliberação estabelecida para o 1º semestre 2021, (ii) aprimoramento da autorização para comercializadores e (iii) aprimoramento das garantias financeiras do MCP, ambas com consulta pública prevista para o 2º semestre de 2020. Entre outras atividades importantes para a comercialização, destaque para a alteração da regulamentação do rateio dos valores não pagos no MCP, ainda tida como prioritária pela Aneel, que teve a previsão de deliberação no 2º semestre desse ano mantida, e para as atividades que se tornaram indicativas, ou seja, perderam preferência para a Agência: (i) aprimoramento do

processo de contabilização e liquidação do MCP, (ii) aprimoramento da REN 545/2013, sobre desligamento de agentes da CCEE, (iii) aprimoramento da venda de excedentes das distribuidoras e (iv) aprimoramento da Resolução Normativa 570/2013, sobre comercialização varejista. **A nova Agenda Regulatória da Aneel está disponível no link: <https://www.aneel.gov.br/documents/660863/18941908/Anexo+I+-+Planiha+de+Atividades.pdf/8e66700c-e285-da32-cffd-0195e502d94f>**



## Alterações nas Regras 2021

Foi disponibilizada nota técnica da Aneel com a proposta de alteração das Regras de Comercialização de 2021. As Regras abordam os aprimoramentos do MVE propostos na AP 33/2019, quais sejam (i) múltiplos lances para mesmo produto, (ii) preço discriminatório, (iii) critério de desempate apenas em ordem cronológica, e (iv) produto 2º semestre do ano subsequente. Esses aprimoramentos, quase todos propostos originalmente pela Abraceel, serão implementados já no processamento do MVE de dezembro de 2020. Além disso, as Regras irão prever a possibilidade de participação de CCEARs por disponibilidade nos MCSDs, e em razão

da operacionalização do MCSD 4% em outubro, a proposta é que as regras sejam operacionalizadas nesse mês. Segundo a Aneel, há previsão de novas alterações nas Regras 2021, que deverão ser objeto de outra CP. O processo está na pauta da reunião de diretoria da Agência do dia **07.07**.

## Abraceel se reúne com a Associada BP

No dia **02.07**, a Diretoria de Energia da Abraceel se reuniu com a equipe regulatória da associada BP. Na pauta, abertura do mercado de gás, preço horário e derivativos da BBCE.

## Estudo “Abertura total do mercado elétrico brasileiro”

Conforme acertado quando do início dos trabalhos, semanalmente a equipe da Thymos irá apresentar para a Abraceel o andamento do estudo sobre a abertura total do mercado elétrico brasileiro. Essa sistemática começou no dia **02.07**, quando houve a primeira reunião entre as equipes, para alinhar a primeira etapa do estudo, que trata dos contratos legados.

## Pauta Aneel

Está na pauta da reunião de diretoria da Aneel, a proposta de abertura de consulta pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2021, a serem operacionalizadas a partir de outubro de 2020.

## PRÓXIMA SEMANA

**07.07 –terça-feira:** Abraceel se reúne com a Agência Estado, às 11h, para discutir o novo produto do veículo, o “Broadcast Energia”;

**08.07 – quarta-feira:** Reginaldo Medeiros participa da 1ª Reunião Virtual do Conselho Temático de Infraestrutura da CNI (Coinfra), às 10h;

**09.07 – quinta-feira:** Reginaldo Medeiros participa de live da associada Delta para discutir “O papel do setor elétrico brasileiro na retomada da economia pós-pandemia”, às 11h;

Abraceel se reúne com a Consultoria Thymos, às 15h, para discutir o estudo sobre a abertura do mercado;

**10.07 – sexta-feira:** : Live com senador Marcos Rogério (DEM/RO), relator do PLS 232 no Senado, às 10h, exclusiva para associados da Abraceel. Informações serão enviadas por e-mail aos representantes das empresas associadas.